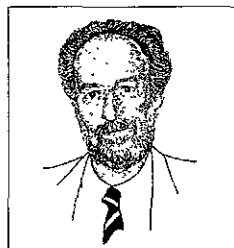


WASHINGTON NOVAES
O cerrado, afinal

Em boa hora inicia o Ibama a implantação do Corredor Ecológico Araguaia-Bananal, um dos 12 projetos pilotos de corredores ecológicos nos sete biomas brasileiros – Amazônia, cerrado, mata atlântica, caatinga, zona costeira, pantanal e campos sulinos.



Degradação de solos nessa área já produz um prejuízo de R\$ 21 bilhões por ano

Os corredores são fundamentais para permitir a ligação entre os grandes biomas e a manutenção de relações vitais entre suas espécies. No caso do Araguaia-Bananal, permitirá a ligação entre quatro áreas protegidas e seis áreas indígenas em 39 municípios. Permitirá ainda a ligação entre o bioma amazônico e o do cerrado, que é o segundo maior do País, com cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados. E poderá ser o primeiro passo para a formação do grande corredor que ligue a Amazônia ao cerrado e ao pantanal.

Tais iniciativas são muito importantes quando se lembra que o Brasil tem apenas 2,57% de seu território efetivamente protegido em 451 áreas de uso indireto (29,8 milhões de hectares), nas quais não é permitida nenhuma atividade econômica. Também vale a pena lembrar que para preservar as espécies que compõem a biodiversidade são necessárias áreas com o mínimo de 100 mil hectares, já muito raras no cerrado.

Na verdade, a situação do cerrado, hoje, é alarmante. Com o avanço desordenado, predatório, da fronteira agropecuária, hoje talvez não restem nem 5% de cerrado intocados. A ocupação efetiva já se processou em mais de 40% do território. E em outros 50% há alguma forma de atividade econômica – ameaçan-

do de extinção cerca de um terço da biodiversidade brasileira.

Além do mais, a ocupação desordenada está levando à rápida degradação do solo. O recente Simpósio Internacional sobre Funcionamento do Solo sob Pastagem em Áreas Intertropicais, promovido pela Embrapa em Brasília no fim de outubro, com

a presença de 150 cientistas de sete países, mostrou que “a degradação de solos já atinge aproximadamente 70% das áreas de pastagem do cerrado, produzindo um prejuízo de R\$ 21 bilhões por ano”. Uma barbaridade, ainda mais considerando que 40% do rebanho bovino brasileiro se encontra no cerrado.

E a causa está no “mau uso do solo”. Removem-se todas as espécies nativas, planta-se capim originário de outros biomas – e até de outros continentes –, altera-se toda a relação com a microfauna do solo. Depois, alega-se que no cerrado “o solo é menos fértil, tende a degradar-se rapidamente”.

Diante desse quadro, só pode ser também bem-vinda a iniciativa da Agência Ambiental de Goiás, que está submetendo ao Conselho Estadual de Meio Ambiente uma proposta de moratória no cerrado goiano. Já sob fogo intenso de pecuaristas e do agribusiness, a proposta é mais do que justa: num Estado que há 30 anos tinha quase toda a sua cobertura vegetal conservada, hoje nem mesmo os 20% de reserva legal obrigatórios em cada propriedade são respeitados, ao mesmo tempo em que ocorrem a degradação de pastagens, a erosão intensa (pode chegar a dez quilos de solo por quilo de grão produzido), o comprometimento, visível até a olho nu, dos recursos hídricos.

mento, visível até a olho nu, dos recursos hídricos.

Nesse quadro, cresce também a responsabilidade do Ibama nos processos de licenciamento de duas obras que vêm sendo consideradas prioritárias – as das Hidrovias Araguaia-Tocantins e Paraguai-Paraná, que tenderão a acelerar a degradação do que resta de cerrado e parte do pantanal.

A primeira teve sua inconveniência e inutilidade demonstradas à saciedade pelo estudo independente de uma coligação de ONGs a respeito do relatório de impacto ambiental produzido pela empresa encarregada da implantação (esse estudo independente já foi comentado neste espaço). Há poucos dias, numa audiência popular, 35 entidades não-governamentais voltaram a condenar essa obra – no momento, embargada pela Justiça –, na qual o Tribunal de Contas da União apontou indícios de irregularidade, chamando a atenção da Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

A segunda obra, da hidrovía dentro do pantanal, é a que o governador de Mato

Grosso, Dante de Oliveira, quer executar a qualquer preço, desprezando as advertências de especialistas quanto a seus efeitos nefastos. O governador, que tanta influência teve na redemocratização do País com sua emenda das “diretas já”, ameaça comprometer esse passado tentando sufocar divergências e acusando os ambientalistas de estarem “a serviço de agricultores europeus e norte-americanos, que têm medo do potencial agrícola do cerrado”.

Não atenta o governador para o fato de esses agricultores e os donos da comercialização já haverem mudado sua estratégia. Até o início da década de 90, de fato se opunham à expansão da cultura de grãos no Brasil Central, para não competir com a deles. Hoje, a estratégia de domínio de mercados é outra, por meio da engenharia genética e da cartelização do comércio. Além do mais, o Primeiro Mundo tem todo o interesse em que o Brasil e outros países continuem a absorver aqui os custos ambientais, energéticos e econômicos da produção de soja e outros grãos para rações que alimentarão seus rebanhos. Talvez o governador possa ler, além dos estudos mais antigos, um parecer sobre os impactos da hidrovía do pantanal, produzido pela professora Débora F. Calheiros, da Universidade de São Paulo. É arrasador.

Ainda é tempo de cuidar do cerrado e do pantanal.

P. S. – O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, atualiza análise do Inesc sobre o orçamento do seu ministério, citada neste espaço (27/10). Diz ele não ser adequado afirmar que só 13,3% do valor orçado foram liquidados entre janeiro e julho: “A relação entre valor empenhado e limite autorizado, de janeiro a outubro, demonstra execução superior a 70%.”

